

**NIEP  
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Composição do bloco de poder nos governos FHC e Lula: frações de classe em disputa no interior da burguesia			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Allan Kenji Seki	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Mestrando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este trabalho pretende apontar algumas características da composição da classe dominante na transição do governo FHC (1995-2002) ao governo Lula (2003-2010). Compreende-se que este período significou historicamente o aprofundamento do pacto de classes formado a partir da década de 1990. Com isso, visa contribuir para a análise do momento atual do pacto de classes. Procura-se também apreender para quais direções a burguesia aglutinada nesse bloco de poder está dirigindo as políticas, no contexto do capitalismo dependente brasileiro e no cenário de crise internacional do capitalismo. Busca-se evidenciar, então, a abertura de possibilidades de disputas para a classe trabalhadora, a partir do esquadramento do sentido histórico do governo PT. Considera-se, portanto, que as classes não são blocos homogêneos, mas se caracterizam pela coesão de frações de classes que constituem tais unidades contraditórias. E travam, no interior dessas unidades, lutas internas pela hegemonia política e pela valorização de seus capitais.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Pacto de classes, Governo Lula, <i>Lulismo</i>			
ABSTRACT			
<p>This article intends to point out some characteristics of the Brazilian bourgeoisie in the transition of the FHC (1995-2002) to Lula (2003-2010). It is understood that this period historically meant the deepening of the pact classes formed since the 1990s. Through this, we intend to contribute to the political analysis of the Brazilian present situation of bourgeoisie pact of class. We also intend to understand which directions the bourgeoisie brought together in this power block takes to the policy on dependent Brazilian capitalism and in the context of international crisis of capitalism. We aim to identify for possible openings for worker class, from exploration of the historical meaning of the Government PT. It is considered, therefore, that classes are not homogeneous blocks, but are characterized by the cohesion of classes' fractions that constitute such contradictory units. And make within these units, internal struggles for political hegemony and for enhancing their capitals.</p>			
KEYWORDS			
Pact of class, Lula Government, <i>Lulismo</i>			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

## COMPOSIÇÃO DO BLOCO DE PODER NOS GOVERNOS FHC E LULA: FRAÇÕES DE CLASSE EM DISPUTA NO INTERIOR DA BURGUESIA

O movimento proletário é o movimento autónomo da maioria imensa no interesse da maioria imensa. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade actual, não pode elevar-se, não pode endireitar-se, sem fazer ir pelos ares toda a superestrutura [Überbau] das camadas que formam a sociedade oficial. Pela forma, embora não pelo conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia começa por ser uma luta nacional. O proletariado de cada um dos países tem naturalmente de começar por resolver os problemas com a sua própria burguesia.  
(MARX & ENGELS, 1997)

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república trouxe consigo expectativas de muitos tipos: das mais atemorizantes para alguns às excessivamente esperançosas para outros. Mas há algo no jargão “a esperança venceu o medo” que respondia a uma ânsia para a maioria do povo brasileiro – ânsia de quê? Dez anos após a vitória de Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002, ainda não é fácil encontrar um nome para o que o povo ansiava – e, talvez, mais difícil ainda, para o que ele temia. O fato é que em 2002 Lula venceu, com 52.788.428 de votos no segundo turno o candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que obteve 33.366.430 votos. Desde então, o enunciado político constrói o ideário de um aparente bipartidarismo, que evoca os anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para minimizar as consequências políticas das ações do governo diante da manutenção de um projeto conservador do PT para o Brasil. Mas qual a base material desse enunciado, o que ele oculta e o que evidencia?

### Alguns aspectos metodológicos

Devemos resistir ao primeiro impulso de comparar um ou outro governo com seus antecessores indicando avanços e retrocessos, sem antes colocar em questão o que se implica subjetivamente nesse exercício comparativo; ou estaremos diante do risco de encobrir mais relações do que aquelas que pretenderíamos evidenciar (LEHER, 2010). Como ressalta Leher,

Esta linha é usual nos intelectuais-funcionários a serviço de um novo governo, em geral por meio de artigos laudatórios e de relatórios de gestão, mormente para fins publicitários. O problema aqui é que a ausência de autonomia intelectual estreita a tal ponto o campo de visão que o resultado do texto é o esperado pelas esferas de poder: o relato edulcorado de uma suposta realidade. Em termos metodológicos, a cadeia de equívocos e mistificações advém do metro utilizado na análise. Ao adotar os parâmetros do governo anterior

como base para a comparação, o “estudo” aceita, implicitamente, a lógica subjacente aos mesmos. (LEHER, 2010, p. 370).

Assim, a mera comparação de dados em emprego, rendimentos do trabalho, salário mínimo, inflação etc., se não coloca em análise as coordenadas políticas nas quais se debate cada um desses aspectos nos coloca diante de sérias dificuldades e põe em risco a crítica ao reduzi-la a constatação de continuidade nas políticas, rupturas ou o jargão “há continuidade e rupturas; avanços e retrocessos”.

Exemplo disto pode ser encontrado em Luce (2012) que demonstrou como a enunciação da elevação do salário mínimo nominal no Brasil na década de 2000 como uma evidência da tese de que a classe trabalhadora estaria obtendo avanços em relação aos rendimentos do capital, ou seja, de que o Brasil estaria combinando crescimento e com um tipo de distribuição de renda “mais justa”, não vai além do nível das aparências. Ao confrontar essa afirmação com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Sistema de Contas Nacionais do Brasil, constata-se que embora tenha havido um reajuste nominal do salário mínimo de 155% entre 2002 e 2010, no mesmo período o Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado foi de 65,93% (Representando um aumento real acumulado de apenas 53,67%, no período). E o principal é que não houve mudança significativa em relação à proporção entre os ganhos oriundos de rendimentos do trabalho e aqueles do capital (a variação é inferior a 3%). Ou seja, a política econômica pode combinar um processo de revalorização do salário mínimo com a manutenção da proporção entre a renda do capital e a renda do trabalho, sem com isso alterar proporcionalmente a distribuição da renda no Brasil. O trabalho de Luce (2012) evidencia assim, a necessidade de colocar as premissas das comparações de dados entre os governos sob análise para evitar conclusões precipitadas sobre a realidade.

Pois bem, se devemos nos afastar da tentação imediata de comparação entre um governo e outro, também devemos abandonar toda forma de enunciação que sustenta a separação absoluta entre poder econômico, Estado e a forma de organização da dominação política. Partimos da premissa de que a especificidade do Estado capitalista encontra a justificativa de sua existência concreta precisamente nessa abstração formal. No que diz respeito a tal separação entre o Estado e a propriedade econômica dos meios de produção, estamos de acordo com Mascaro (2013) quando diz o seguinte:

O Estado, tal qual se apresenta na atualidade, não foi uma forma de organização política vista em sociedades anteriores da história. Sua manifestação é especificamente moderna, capitalista. Em modos de produção anteriores ao capitalismo, não há uma separação estrutural

entre aqueles que dominam economicamente e aqueles que dominam politicamente: de modo geral, são as mesmas classes, grupos e indivíduos – os senhores de escravos ou os senhores feudais – que controlam tanto os setores econômicos quanto os políticos de suas sociedades. [...] No capitalismo, no entanto, abre-se a separação entre o domínio econômico e o domínio político. O burguês não é necessariamente o agente estatal. As figuras aparecem, a princípio, como distintas. Na condensação do domínio político em uma figura distinta da do burguês, no capitalismo, identifica-se especificamente os contornos do fenômeno estatal. (MASCARO, 2013, p. 17)

Queremos destacar com Mascaro (2013) que essa disjunção formal é demandada pelo modo de produção capitalista, que em sua luta contra o antigo regime demanda a separação pessoal do poder político e a propriedade direta dos meios de produção. Mas se o detentor da propriedade econômica evita por um lado tomar para si, pessoalmente, o exercício do poder político estatal, por outro, dele não se separa absolutamente. A mediação que a burguesia estabelece é precisamente o inverso, separa-se formalmente o poder político estatal do poder econômico, apenas para afirmar o poder político-econômico em um patamar superior. Embora o Estado não seja necessariamente a pessoa de um capitalista em particular, nem esteja a serviço de um capitalista específico (de maneira imediata e direta), por outro lado sua existência é parte constitutiva da produção capitalista geral. O que queremos afirmar com isso, é que a figura política existe para manter a ideia da separação formal entre Estado e propriedade econômica, e que esta é a forma política que a classe dominante encontrou para manter a coesão política em torno de seu projeto de sociabilidade.

Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa política de economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo. [...] A troca de mercadorias é a chave para desvendar essa especificidade. No capitalismo a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados. (MASCARO, 2013, p. 18)

Mantidas certas ressalvas com a obra de Mascaro (2013), que fogem ao objetivo deste trabalho, sua leitura do Estado parece-nos indicar um elemento constitutivo da essência estatal que nos é impreterível para apresentar os elementos sobre a condição política do Brasil atual. O

elemento teórico-metodológico fundamental que procuramos destacar com Mascaro (2013) é que ao buscarmos a especificidade do Estado capitalista não no Estado como forma em si, mas na essência do modo de produção capitalista - na troca das mercadorias, na teoria do valor, no imperativo da expropriação do trabalho não pago - encontramos a demanda da forma fetichista que se expande para todos os fenômenos sob o capital. Portanto, como não poderia ser diferente, concluímos que a separação formal entre o poder econômico, o Estado e a forma política da dominação de classe só existe como fetiche.

Em primeiro lugar, pois embora o Estado não utilize unicamente o uso da força ou violência – momento de coerção – não devemos esquecer que a coerção é constitutiva da essência do modo de produção capitalista (Cf. Marx, K., O Capital, livro 1, Cap. XXIV), pois o objetivo essencial do Estado capitalista é a garantia das condições sociais de reprodução ampliada do capital. Que o Estado moderno alterne entre momentos políticos calcados ora no uso da coerção, ora na formação de consenso sob o capital não quer dizer com isso a impossibilidade de existência do capitalismo sob as formas políticas da coerção. Devemos inclusive abandonar a ideia de que os momentos de coerção sejam excepcionalidades, pois como bem demonstrou Agambem (2004) o permanente estado de exceção é o chão comum das formas políticas capitalistas desde que o próprio capital encontra-se permanentemente encaminhando-se a sucessivas crises - não devemos esquecer a formulação marxiana acerca da tendência histórica da acumulação capitalista. As ditaduras civis-militares (na América Latina, mas também na Ásia e Europa oriental) demonstram evidências da possibilidade de garantir condições estáveis de reprodução ampliada da extração de mais-valor sob os auspícios da violência e coerção estatais. Ou seja, não devemos duvidar da possibilidade de que, diante de certo conjunto de circunstâncias estruturais, venha a se realizar uma espécie de “capitalismo autoritário de Estado”.

A violência estatal é constitutiva da existência sob o Capital, o que se torna mais ou menos evidente por todos os países capitalistas. Lembremos, por exemplo, dos assassinatos dos povos indígenas nas recentes demarcações de terras no centro-oeste, norte e nordeste brasileiros, a violência no campo endêmica no Brasil e em toda a América Latina, as recentes unidades da política pacificadora (UPPs), as políticas de encarceramento em massa, as violentas remoções de ocupações territoriais urbanas ou a desapropriação forçada de extensa massa popular para a "revitalização" dos centros de capitais como São Paulo e Rio de Janeiro ou para a realização das obras dos grandes eventos (Copa das Confederações, a visita do Papa na Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo de Futebol). Lembremos ainda o avanço da criminalização dos movimentos sociais, inclusive flexionando a leitura estrita da norma acerca da tipificação penal da

“formação de quadrilha”, para garantir condições de aprisionamento dos movimentos sociais que tomaram o país desde junho de 2013.

Em segundo lugar, pois embora o poder estatal possa não atuar como a pessoa do capitalista é intrinsecamente ligado aos meios econômicos através de seus interesses gerais de realização das condições de reprodução do capital. Não podemos nos deixar levar por excesso de formalismo, lembremo-nos que o Estado algumas vezes realiza diretamente a expropriação da classe trabalhadora por meio de empresas estatais que acumulam grandes somas distribuídas em sociedades mistas no mercado de capitais; ou ainda, transferências massivas e diretas ao setor financeiro através do pagamento do serviço das dívidas; a concessão direta de meios de produção, como cessões diretas de propriedade (privatizações das estatais) ou indireta, como nas renúncias às prestações integrais ou complementares de serviços públicos; os subsídios, cláusulas protecionistas, atração de investimentos, manutenção do câmbio flutuante por meio de compra e venda de ativos, incorporação de dívidas privadas etc. Por meio de uma série de mecanismos, o Estado, além das formas jurídicas e institucionais (ou seja, a administração das condições sociais da produção capitalista), participa do âmbito da produção; ele não apenas garante suas condições de realização, mas delas participa efetivamente.

Contudo, esses aspectos poderiam levar a crer que o poder estatal dirigir-se-ia aos interesses abstratos do capital, uma vez que, apesar de mediante incontáveis métodos o Estado atuar na garantia das condições de reprodução ampliadas do capital, o enunciado político hegemônico (o discurso liberal-democrático) afirma formalmente a disjunção do poder econômicos (que estariam, então, restritos ao âmbito da iniciativa privada) e do poder político governamental. Grosso modo, a necessidade dessa afirmação liberal deveu-se às lutas travadas no interior do antigo regime para destituir a aristocracia de seu vínculo direto às monarquias, daí a necessidade de afirmar o poder do soberano como destituído de interesses imediatos (aristocráticos) no âmbito econômico. Como o processo de superação do antigo regime só pode ser superado por sucessivas e violentas rupturas com aquela forma política, as revoluções burguesas herdaram as consequências de seus métodos políticos: uma vez rompida a unicidade do poder econômico-político, o poder político estatal não pode ser novamente reunido ao poder econômico da nova classe dominante.

A burguesia conformou outra estrutura de reprodução social e colateralmente afastou-se do domínio direto do poder político estatal. A nova forma política liberal-democrática impunha também a necessidade de conformação de maiorias políticas. A burguesia, supostamente concorrencial entre si, não poderia deixar que as disputas econômicas entre capitalistas particulares permitisse espaço para a emergência de novas revoltas ou até uma revolução contra seu recém

conquistado domínio de classe, estreitando seus vínculos corporativos interburgueses. A formação de pactos, alianças ou apenas a formação não autoconsciente de frentes políticas de interesses classe passara a ser o ponto auto de mediação entre as classes no poder e o agente político no poder. Isso significa uma nova tecnologia política de exercício de consenso no interior do bloco no poder, e também de exercício de dominação de classe.

O atual florescimento do debate gramsciano sobre o Estado e a sociedade civil oferece alguns elementos que auxiliam na compreensão da relação entre Estado e classes sociais, na medida em que recoloca a problemática referente ao Estado e sociedade civil no âmbito das formas ampliadas de dominação.

O refinamento da análise gramsciana do Estado, em sua estreita articulação com os aparelhos privados de hegemonia, permite analisar processos distintos e imbricados. O primeiro, a importância da ampliação do Estado e da constituição de uma extensa rede de associatividade para a consolidação do capitalismo no período monopolista. Embora em Gramsci essa reflexão partisse sobremaneira dos embates entre classes, sua argúcia permite analisar também as modalidades interburguesas de associatividade e de organização, através de aparelhos privados de hegemonia que, em geral resultando de conflitos ou divergências no interior da classe dominante, precisam espalhar-se para além dos limites estreitos da própria classe, envolvendo de maneira educativa e formadora setores subalternos e ampliando o Estado, no sentido de conter distintos projetos burgueses. (FONTES, 2010, pp. 139-140)

Assim, o Estado aparece de distintas formas, como momento da organização política do domínio econômico sob o capital, o que exige a recriação sempre crescente de condições ampliadas à reprodução capitalista, levando mesmo ao aparente desaparecimento de toda forma de sujeito social que não a forma-fetice do Capital como único sujeito social provido de substância ontológica. Mas essa operação, se analisada de maneira puramente formal deixa subjacente as contradições do modo de produção capitalista. Na análise do poder estatal sob o capital, deixa subjacente a existência de conflitos no interior da própria classe dominante, que precisam ser conhecidos pela classe trabalhadora de forma a apropriá-la do sentido histórico da existência social dos agentes governamentais. No caso, questionar o sentido histórico do deslocamento do Partido dos Trabalhadores da posição de oposição (no campo democrático-popular) até a posição de direção do bloco no poder através do poder estatal.

## **A burguesia brasileira e o capitalismo dependente**

A fim de fazer uma aproximação ao caráter da burguesia brasileira, partimos em primeiro lugar da teoria marxista da dependência, a partir da obra de Ruy Mauro Marini (1932-1998) que oferece contribuições que tomamos como elemento basal para nossas formulações acerca do imperialismo e a posição do Brasil no mundo. Sem nos deter pormenorizadamente sobre o caráter imperialista do capital contemporâneo, relembramos a exposição de Marini em seu prefácio da quinta edição de *Subdesenvolvimento e revolução* (1969):

A evolução da ciência social latino-americana nos anos recentes - apesar da frequente reincidência em antigos equívocos - contribuiu com elementos suficientes para invalidar uma das teses que me esforcei aqui em combater: aquela de que o regime militar brasileiro era um simples efeito da ação desse *deus ex-machina* representado para alguns pelo imperialismo estadunidense. Não é em prol do imperialismo que se deve criticar esse tipo de análise, mas em função das possibilidades das massas exploradas da América Latina abrirem caminho à própria libertação. As consequências do conhecido símbolo gráfico que coloca o malvado Tio Sam manipulando suas marionetes não pode. Ser mais que denúncia lacrimosa e impotência indignada para a análise política e a estratégia de luta. Para lutar contra o imperialismo é indispensável entender que não se trata de um fator externo à sociedade nacional latino-americana, mas, pelo contrário, forma o terreno no qual esta sociedade finca suas raízes e constitui um elemento que a permeia em todos os seus aspectos. (MARINI, 2012, pp. 27-28)

Partindo desta formulação, Marini (2012) captura a posição dependente do Brasil a partir do momento de sua vinculação ao mercado mundial e descreve a partir daí as características de sua dinâmica capitalista-periférica. É necessário compreender que a integração do Brasil do mercado mundial, a partir do século XVI, ocorre no período da expansão mercantilista europeia onde prevalece o controle inglês na exploração dos territórios americanos, por meio de seu domínio sobre Portugal e Espanha. Pois a partir do século XIX, o desenvolvimento das relações capitalistas, sobretudo na Inglaterra, passa a demandar a participação da região latino-americana de forma mais ativa no mercado mundial: "[...] como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve europeia" (MARINI, 2012, p. 48).

De acordo com Marini (2012), nesse momento da integração latino-americana ao mercado mundial, vai se desenvolvendo uma economia periférica complementar ao centro capitalista inglês. Por meio da utilização de crédito oferecido pelo próprio capital inglês, aumenta consideravelmente as importações de bens de consumo não duráveis e de obras na construção dos sistemas de transportes. O comércio com o centro europeu é baseado na exportação de alimentos e matérias-primas como cereais, cobre açúcar, café, carnes, couro e lã (MARINI, 2012).



A partir de 1875 certas mudanças no capitalismo internacional se fazem sentir. Novas potências se projetam para o exterior, em especial a Alemanha e os Estados Unidos, e este último país começa a instaurar uma política própria no continente americano, muitas vezes em choque com os interesses britânicos. No próprio campo do comércio, a influência estadunidense é considerável, tornando perceptível em alguns países, principalmente no Brasil, a tendência a direcionar suas exportações para a nova potência do norte. Nos países centrais, por sua vez, aumenta o desenvolvimento da indústria pesada, com a tecnologia que lhe corresponde, e a economia se orienta a uma maior concentração das unidades produtivas, dando lugar ao surgimento dos monopólios. Esses traços, gerados pela acumulação capitalista realizada nas etapas anteriores, aceleram o processo e forçam o capital a buscar campos de aplicação fora das fronteiras nacionais, mediante empréstimos públicos e privados, financiamentos, aplicação em ações e, em menor medida, investimentos diretos. Portanto, diferentemente dos créditos externos utilizados antes e que correspondiam a operações comerciais compensatórias, a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista. (MARINI, 2012, p. 49)

O processo descrito por Marini (2012) diz respeito às formas de integração dos países periféricos ao mercado mundial, no qual se instaura o componente estrutural das formas de transferência de valor, isto é, parte da mais-valia criada nos países dependentes é transferida aos países centrais pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impositivas e pela ação direta de investimentos estrangeiros no sistema produtivo periférico (MARINI, 2012, p. 52). Isso traz repercussões ao desenvolvimento econômico periférico que se fazem sentir em maior ou menor medida pela posição que estas economias ocupam no sistema mundial, de forma geral enquanto nas economias centrais a atividade econômica está vinculada às taxas internas de mais-valia e de investimento, na periferia a atividade econômica vincula-se a relação importação-exportação (MARINI, 2012).

Este aspecto condiciona todo o ciclo econômico dependente, estabelecendo padrões de reprodução do capital no qual a atividade exportadora obtém rendimentos que são aplicados na importação, uma vez que o sistema produtivo nesses países tenha se desenvolvido de maneira dependente e complementar às indústrias das economias centrais não diversificando a produção e carente de excedentes para realizar a diversificação dos produtos. Por sua vez, qualquer excedente produzido pelo saldo positivo na balança comercial será novamente investido pelas frações burguesas periféricas na atividade com maior taxa de lucro, o que acaba por representar investimentos no setor mais lucrativo da carta de exportações (MARINI, 2012).

Como formas de compensação pela transferência de valor aos países centrais, as burguesias nacionais dependentes arrocham a classe trabalhadora, sobretudo pelo pagamento de

salários abaixo do custo de reprodução da força de trabalho - o que foi conceituado por Marini (2012) pelo conceito de superexploração da força de trabalho. Para o padrão de reprodução do capital significa a inviabilização de estabelecer um mercado consumidor próprio a fim de reduzir o grau de dependência capitalista em relação aos países de economias centrais. A consequência da superexploração ao trabalhador é seu esgotamento prematuro, uma vez que não tem garantidas as condições mínimas para repor o desgaste que sofre. E, por fim, para a classe trabalhadora:

As consequências da superexploração para a classe trabalhadora brasileira são avassaladoras. A pobreza generalizada e a miséria seguem sendo marcas estruturais do Brasil. Talvez a situação mais grave seja a de milhares de trabalhadores que vivem em condições similares à escravidão. Apenas entre 2004 e 2010, 25.696 foram beneficiados com seguro-desemprego após o resgate (DIEESE). (COSTA, 2013, p. 67)

Luce (2012), Carcanholo (2013) e Costa (2013) tratam de forma mais aprofundada os aspectos relativos à superexploração da força de trabalho no Brasil e são alguns dos autores que discutem a pertinência do conceito para explicar o fenômeno no Brasil contemporâneo. Seus trabalhos são basilares para a compreensão do problema e ampliam a enorme contribuição de Marini para compreender o Brasil.

Partimos também das reflexões de Fontes (2010), que procura dar conta da complexificação do teor da sociabilidade dominante no Brasil contemporâneo, tanto no que concerne às lutas populares e suas transformações, quanto em relação às formas de organização da dominação burguesa no Brasil atual. Fontes (2010) discrepa de muitas pesquisas no que diz respeito à insistência na inorganicidade da burguesia brasileira, enfatizando a ligação direta desta com o Estado - "[...] sublinhando, por exemplo, as noções de patrimonialismo ou clientelismo" (FONTES, 2010).

Para Fontes (2010), a existência de uma burguesia brasileira atuante e impondo sua ordem, ao mesmo tempo de forma unificada e contraditória, em todo o território, não converteu seus interesses ao cunho anti-imperialista que uma "burguesia nacional" poderia ter desenvolvido previda pelo imperialismo e capaz de realizar um programa mínimo de reformas republicanas. "Não mais havendo espaço histórico e internacional para um perfil burguês conquistador, essas burguesias se converteram em formas internalizadas de defesa do capitalismo *tout court*" (FONTES, 2010, p. 311). Fortemente vinculada aos interesses imperialistas, a burguesia brasileira não fez senão procurar garantir que seus interesses nacionais convergissem aos das economias

centrais, forçando a manutenção da posição subordinada do Brasil no mercado mundial. Assim, a autora conclui:

Dada a estreita imbricação de seus interesses com os demais capital-imperialistas em contexto histórico no qual a constituição de burguesias em espaços nacionais passa por uma intensa cosmopolitização, a expectativa de um comportamento autonomizante e republicano dessas burguesias está fadada ao fracasso. Inexiste pois uma *burguesia nacional* no Brasil e inexistem condições históricas para a emergência de algo similar. Essa constatação de forma alguma reduz o peso e a complexidade organizativa dessas burguesias brasileiras. O caminho que conduziu ao formato atual de seu poder, entretanto, ocorreu através de intensas lutas intraburguesas e de resistências variadas. (FONTES, 2010, p. 314, grifo no original).

Esse aspecto organizativo da dominação de classe, que revela intensas lutas intraburguesas, interessa-nos em particular na compreensão dos movimentos operados pela burguesia no Brasil atual, a partir da perspectiva teórico-metodológica de que o sentido histórico de um momento político é condicionado pelo movimento da luta de classes, buscamos agora compreender alguns aspectos dos movimentos internos à burguesia brasileira que possibilitem compreender o momento político atual.

O que procuramos expor até este ponto foram os elementos que sustentam nossa compreensão sobre os modos de organização da dominação de classe e as condições de realização dessa dominação pela burguesia brasileira, com suas características de burguesia periférica e dependente. Além dos autores já mencionados ao longo deste artigo, alguns trabalhos importantes evidenciaram-nos a importância da perspectiva adotada aqui para compreender o sentido da dinâmica social brasileira (BOITO JUNIOR, 2003a, 2003b, 2005, 2006, 2007, 2012; BIANCHI, 2004; PAULANI, 2007, 2010; OURIQUES, 1997).

Para Boito Jr estudos dessa natureza sobre a burguesia brasileira começaram a se tornar escassos na mesma medida em que o marxismo se enfraqueceu nas universidades brasileiras.

Noções como “classe social”, “fração de classe”, “ideologia” e “Estado de classe” desapareceram, no Brasil, da pesquisa sobre empresários industriais, banqueiros e agronegócio. Na maioria dos casos, estudam-se tais setores como grupos que competem entre si, como fazem quaisquer outros grupos, para influir na política de Estado – entidade que é apresentada, implicitamente, como uma arena neutra para a disputa entre interesses múltiplos e situados em condições de igualdade uns frente aos outros. Outra característica de estudos mais recentes consiste em isolar o setor da burguesia que se pretende estudar dos demais setores ou frações e mais ainda, do restante da sociedade. Hoje, discutir a possibilidade de aliança desta ou daquela fração burguesa com outras classes ou setores sociais poderá parecer a

muitos como uma questão fora de propósito. É certo que os estudos recentes ganharam na fundamentação empírica e no levantamento sistemático das informações; avançaram, também, na análise da relação dos empresários com o processo decisório no Estado. Por isso, trazem contribuição importante para o conhecimento do Estado e dos capitalistas brasileiros. (BOITO JUNIOR, 2007, p. 58)

Para nós é fundamental retomar tais preocupações teórico-metodológicas junto ao contemporâneo resgate da Teoria Marxista da Dependência e do surgimento de importantes obras como a de Fontes (2010), que procura restituir o sentido das obras de Gramsci e Lenin na intelectualidade marxista brasileira.

### **Algumas características da composição da classe dominante dos anos 1990 aos anos 2010**

Boito Jr (2007) destaca que Fernando Henrique Cardoso em meados da década de 1960, insistiu em refutar a tese que atribuía genericamente aos intelectuais comunistas e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) de que existiria no Brasil uma "burguesia nacional" passível de assumir uma posição de tipo anti-imperialista, uma vez premiada pelo grande capital brasileiro que rentabilizada a dependência e pelo capital internacional (BOITO JUNIOR, 2007, p. 59). Para Boito Jr, há uma burguesia nacional, porém o sentido desta afirmação se circunscreve em outras coordenadas teórico-metodológicas:

Além de trabalharmos com o conceito de bloco no poder, lançamos mão de um outro conceito específico, também produzido por Nicos Poulantzas – o conceito de “burguesia interna” – para entender boa parte do que ocorre hoje com a burguesia brasileira nas suas relações com o Estado e com o capitalismo internacional. Entendemos que o denominado processo de mundialização não logrou absorver, integralmente, a burguesia de um país dependente da semiperiferia, como o Brasil, o que significa que os conflitos entre uma burguesia compradora, que é o braço local da atual forma de dependência, e uma burguesia interna, com base de acumulação e nos interesses específicos, explicam parte importante do processo político nacional. (BOITO JUNIOR, 2007, p. 60)

Boito Jr dialoga com os autores que a partir da nova onda de internacionalização do capital, característica do último quarto do século XX, teriam sido induzidos a sugerir o desaparecimento das burguesias nacionais. Para este autor, trata-se da construção da tese apresentada em seu recente livro *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*, organizado junto com Andréa Galvão (BOITO JUNIOR & GALVÃO, 2012) de que o sentido da chegada do Governo Lula ao poder em 2003 representou uma mudança na hierarquia interna do bloco no poder, com a ascensão política de uma burguesia interna.

Não se trata da velha burguesia nacional, aquela que, na análise de autores marxistas e de partidos comunistas do século XX, poderia formar uma frente anti-imperialista com a classe operária. Trata-se, na verdade, de uma nova burguesia nacional, uma fração da classe burguesa à qual se aplica, sob medida, o conceito de burguesia interna elaborado por Nicos Poulantzas (POULANTZAS, 1978). [...] nos países dependentes, essa burguesia ocuparia, na análise de Poulantzas, uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países. (BOITO JUNIOR & GALVÃO, 2012, p. 67)

A pertinência do debate realizado por Boito Jr caracteriza o comportamento de uma fração da burguesia, a burguesia interna, no interior do bloco de poder. O autor chama atenção para que esta fração não esteve fora do bloco, mas ao longo do transcurso histórico alterou sua posição no interior deste (BOITO JUNIOR & GALVÃO, 2012). Para buscar elementos que nos indicam características dessa fração burguesa, voltemos nossa atenção ao desenvolvimento capitalista descrito por Marini (2012).

Para Marini (2012) a característica essencial do desenvolvimento do capitalismo no Brasil é a extração de elevadas taxas de mais-valia, proporcionada pela incorporação estrutural da superexploração da força de trabalho. Deriva daí uma aceleração do processo de acumulação de capital nas mãos da burguesia mediante processos agudos de pauperização da classe trabalhadora, com truncamento da lei do valor na reprodução do polo trabalho, uma vez que a classe trabalhadora não tem restituído sequer o valor empregado na produção. Isso significa o crescimento da capacidade potencial de produção ao custo do enfraquecimento da capacidade de consumo da classe trabalhadora e, portanto, do mercado interno, colocando em jogo as condições de realização do capital nesses mercados.

Essa dinâmica evidentemente encaminha a economia dependente brasileira a constantes crises econômicas, políticas e sociais. No interior do bloco dominante ao longo do período das políticas do Estado desenvolvimentista é possível distinguir ao menos dois polos de forças, de um lado uma fração da burguesia interna, sobretudo ligada ao setor produtivo que se voltava a produção para o consumo interno (MARINI, 2012, p. 74) e uma fração burguesa exportadora e vinculada aos interesses do capital internacional. Por exemplo, ao longo da era Vargas essa polarização se expressa entre a nascente burguesia industrial leve e o setor agroexportador, polarização que move a política nacional e estabelece a plataforma estrutural que promove o fenômeno getulista, onde se reorganizam as forças internas da classe dominante no poder. Marini (2012) descreve muito acuradamente este processo, após o suicídio de Vargas:

Encerrava-se assim um período de governo que marca a eclosão das contradições que vinham se gestando há muito no processo de

desenvolvimento econômico do Brasil. O fato básico a ser considerado é que a indústria nacional de expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação que caracterizou a economia brasileira antes dos anos 1930. Além disso, essa indústria não sofreu limitação ou concorrência sensíveis, em virtude das condições excepcionais criadas pela crise de 1929 e pelo conflito mundial. O compromisso político de 1937 tivera como base essa realidade objetiva. Nos anos 1950 a situação se modifica. Enquanto a indústria se empenha em manter altas taxas de câmbio, o que a leva a colidir com o setor agroexportador - cujos lucros eram dessa maneira diminuídos -, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionara em outros tempos. Pelo contrário, muitas vezes se faz necessário que, mediante a formação de estoques generosamente pagos, o governo garanta os lucros dos plantadores e dos exportadores, estoques que, na verdade, correspondem à imobilização de recursos necessários para a atividade industrial. A crise no setor externo da economia expressava, portanto, a ruptura da complementaridade que havia caracterizado as relações da indústria com as atividades agroexportadoras. Esta crise se agravou com outro elemento: a remuneração do capital estrangeiro. (MARINI, 2012, pp. 78-79)

Para Marini (2012), portanto, a polarização existente entre os dois polos da classe dominante naquele período expressavam-se no momento político. A crise de 1954 exprimia a agudização dessas relações intercapitalistas. Mas na medida em que atingia os interesses de remuneração do capital estrangeiro no país, demandou a emergência de novas ações econômicas por parte do Estado. Após a morte de Vargas, "[...] tentou-se um compromisso, entregando a presidência a Café Filho (vice-presidente cuja candidatura fora apresentada pelo Partido Socialista), enquanto o mesmo era rodeado por um ministério onde a direita se encontrava muito bem representada" (MARINI, 2012, p. 80).

Marini (2012) ressalta ainda que por essa via a fração da burguesia industrial abandonava qualquer pretensão a um projeto nacionalista:

O importante Ministério da Fazenda ficou nas mãos de Eugênio Gudin, abertamente favorável à mais estreita colaboração com o capital estrangeiro e contrário a qualquer programa intensivo de industrialização. [...] agoniada pela escassez de divisas, que ameaçava colapsar todo o sistema industrial, a burguesia aceitava que as divisas necessárias para a superação dessa crise fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes, em troca, uma ampla liberdade de entrada e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que havia sido esboçada com Vargas. As condições especiais da economia estadunidense, mais do que nunca necessitada de novos campos de investimento, garantiam o acordo. (MARINI, 2012, pp. 80-81)

Desta forma, estamos de acordo com Marini (2012), quando afirma que é meramente falaciosa qualquer afirmação sobre a possibilidade de que a "burguesia nacional" pudesse escolher uma aliança com a classe operária para fazer frente aos interesses imperialistas. Aquela fração que

poderia ter esboçado algum intento nesse sentido, logo se desvencilhou de ideia semelhante e vinculou-se ao capital internacional na pretensão de poder vir ocupar uma posição subimperialista - conseqüentemente vinculada fortemente às coordenadas do imperialismo. Diante das crises que antecederam a ditadura civil-militar brasileira na década de 1960, essas frações mais fracas da burguesia não apenas não demonstraram a impossibilidade estrutural de tal aliança, como que seus interesses imediatos a levam a aliar-se sob qualquer circunstância de crise ao grande capital imperialista em troca do retorno de condições mínimas de estabilidade econômica e um papel secundário na fatia de mais-valia.

O bloco de poder que se expressou na ditadura civil-militar, portanto, composto pelo grande capital produtivo (vinculado ao mercado mundial), os setores mais fracos da burguesia (como a indústria leve voltada ao consumo interno), o capital agroexportador e o grande capital internacional dirigiu as políticas até o fim do período do Estado desenvolvimentista sem grandes transformações no bloco dominante. Contudo, as características estruturais da economia brasileira, como já destacado, não poderiam favorecer a reprodução ampliada do capital sem ocasionar graves crises sociais. A deterioração política da forma ditatorial civil-militar apenas favoreceu a expressão social das fraturas econômicas agravadas pela crise internacional do capital da década de 1970. A manutenção do domínio da burguesia exige a reorganização da forma política, incorporando as lutas sociais das décadas de 1970 e 1980 no encapsulamento pelo Estado, que se amplia e incorpora novas formas de participação política para garantir a permanência do modo de produção sob o controle burguês. Sobre esse processo, cuja expressão maior ocorre na transição, ou seja, no governo Sarney, Fontes indica que:

O processo histórico ulterior, iniciado com Fernando Henrique Cardoso e continuado sob os dois mandatos de Lula da Silva expressaram uma recuperação da capacidade burguesa de, aprofundando ainda mais seus vínculos de dependência, conservar seu predomínio no âmbito nacional, através agora de um formato democrático-representativo, típico do enquadramento burguês das reivindicações populares. Não se pode ignorar a irrupção de lutas populares significativas no Brasil, mas elas não romperam a ordem autocrática, embora tenham gerado sua extensa reconfiguração (FONTES, 2010, p. 313).

Como destaca Paulani (2010),

Apesar de liberto da tutela militar, o país sofria os reveses da crise econômica iniciada no fim dos anos 1970, com especial destaque para a exacerbação do processo inflacionário. [...] Como se sabe, diante da crise mundial gerada pelo choque do petróleo e dos insumos básicos que eclode no fim de 1973, o governo do general Ernesto Geisel opta pela continuidade do crescimento, com aumento do endividamento

externo. Prestou com isso um grande serviço aos capitais líquidos, que já se acumulavam nas praças financeiras do mundo, em busca de tomadores. Mas não se pode reduzir a essa causa a referida opção (que se contrapõe à outra, de frear o crescimento), já que esta decisão foi tomada sob a égide do "Brasil potência", que o exército brasileiro empenhou desde o momento em que patrocinou o "salvamento" do país da "anarquia esquerdista" do início dos anos 1960. (PAULANI, 2010, p. 116)

Este processo descrito por Paulani (2010) diz respeito à financeirização internacional do capital que impõe coordenadas ampliadas de domínio do capital na vida econômica e conseqüentemente em todas as esferas da vida social. "A dominância da valorização financeira não significa apenas que tal valorização seja hoje mais importante do que a produtiva. Significa, principalmente, que sua lógica se impõe ao processo total de acumulação e reprodução capitalistas" (PAULANI, 2010, p. 129). A fração financeira do capital se impõe a partir da década de 1970 como hegemônica em todas as partes do sistema mundial de mercado, alterando estruturalmente a dinâmica das correlações de forças, inclusive, interburguesas. Tal hegemonia, diante da gravidade da crise que se inicia na década de 1960 e chega ao seu auge em 1970, passa a demandar a conformação de novas estratégias políticas, aquilo que se convencionou chamar por neoliberalismo, é sua expressão mais acabada. De acordo com Paulani (2007):

A grave crise enfrentada pelo capitalismo no fim dos anos 1960, agravada pela crise do petróleo e dos insumos básicos, desemboca em recessão aberta em meados dos anos 1970. Como o mundo todo já se encontrava num sistema monetário internacional puramente fiduciário, a investida da valorização financeira sobre a valorização produtiva, natural em momentos de crise como esse, pôde se desenvolver sem amarras - e, com ela, a grita geral pela desregulamentação dos mercados, em particular dos mercados financeiros. Nesse movimento, a outra face da moeda foi a ofensiva contra o Estado, em especial no que tange à oferta de bens públicos e aos direitos dos trabalhadores. A crise e, por fim, a débâcle completa do chamado socialismo real vão completar o quadro em que viceja a pregação da doutrina neoliberal. (PAULANI, 2007, p. 69)

Boito Jr (2007) no mesmo sentido que Leda Paulani, completa:

A desregulamentação financeira está vinculada ao avanço recente da desnacionalização das economias dependentes como o Brasil e também à abertura comercial que foi promovida nesses países. De um lado, a compra e a venda de ações ou mesmo a aquisição de empresas públicas e privadas é um dos terrenos para a valorização do capital financeiro internacional e, de outro lado, os grandes grupos industrial-financeiros dos países dominantes exigiram a abertura comercial da América Latina para aumentarem as suas exportações para essa região (CHESNAIS, 1997, p. 310). Como é sabido, a política neoliberal suprimiu o protecionismo dos mercados internos latino-americanos – protecionismo que fora a marca do modelo desenvolvimentista. Essa



abertura, além de atender aos interesses do capital internacional, tem o objetivo de inibir, ao acuar a burguesia interna com a concorrência de produtos importados a preço menor, a remarcação de preços dos produtos industriais, contendo a inflação interna e contribuindo, assim, para a estabilidade interna da moeda e para a relativa estabilidade do câmbio. [...] podemos afirmar que o grande capital financeiro nacional e internacional é a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal porque todos os aspectos da política neoliberal o desmonte do direito do trabalho e social, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira – atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia.(BOITO JUNIOR, 2007, p. 63-64)

Assim, começamos a compreender qual a composição do bloco no poder que sustentou a implantação do regime de acumulação capitalista sustentado pela valorização financeirizada do capital. Em primeiro lugar, o capital financeiro - o grande capital financeiro internacional é o beneficiário direto da desregulamentação do mercado financeiro, do câmbio flutuante, do alargamento do montante das dívidas e dos juros altos. Enquanto que "[...] a política de privatização, favorece uma fração da burguesia brasileira – o capital monopolista – e o imperialismo e, ao mesmo tempo, marginaliza o pequeno e o médio capital" (BOITO JUNIOR, 2003a, p. 3).

A política neoliberal de privatização das empresas públicas tem ampliado o patrimônio das grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil. Um relatório do BNDES mostra que, como resultado das regras restritivas do processo brasileiro de privatização, apenas um pequeno grupo seletivo de grandes empresas pôde se apropriar das empresas públicas levadas a leilão. Essa política de privatização repercutiu na composição da burguesia brasileira e na correlação de forças entre as suas diferentes frações. (BOITO JUNIOR, 2003a, p. 3)

As políticas de privatização e de enxugamento do aparelho estatal abriram espaço para o estabelecimento de uma nova fração da burguesia brasileira, a burguesia prestadora de serviços. Essa nova fração, herdeira direta das políticas de reajuste produtivo, encontrou solo fértil para realizar investimentos nas áreas em que o Estado retirava-se completamente ou então abria regimes de participação do capital privado. Alinhada politicamente com o bloco neoliberal, como não poderia ser diferente pois nasce na esteira dessas políticas, é marcada por seu caráter não produtivo, isto é, não opera como capital industrial na extração de mais-valor, mas na apropriação de sua parcela em circulação na economia.

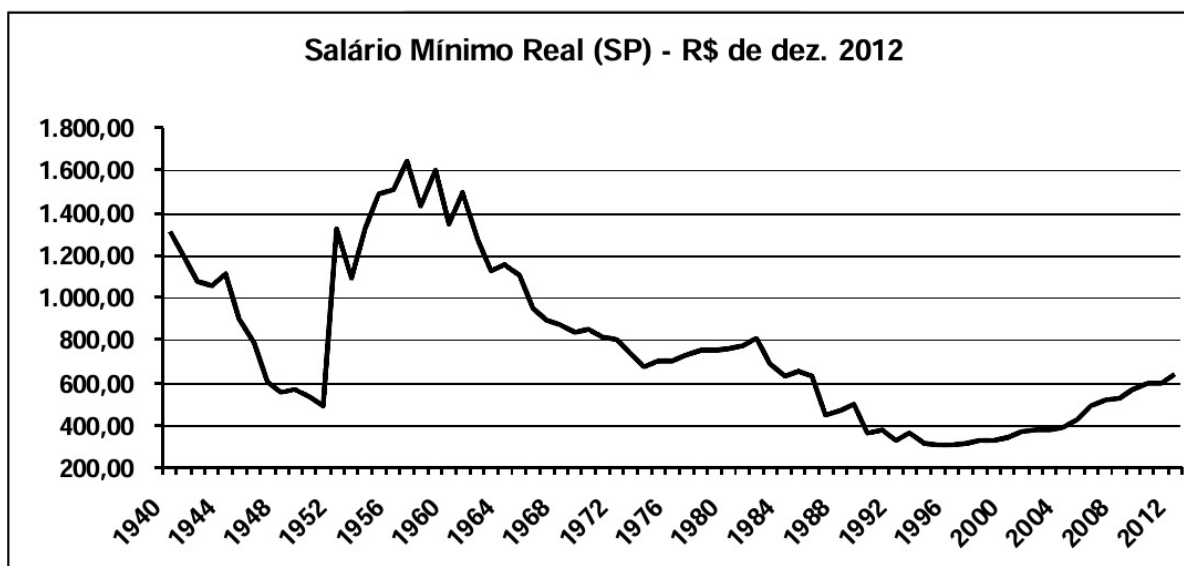


Gráfico 01 - média anual do salário mínimo no município de São Paulo em reais (dezembro, 2012).  
Fonte: COSTA, 2013.

A permanência dos setores da burguesia interna na frente política que sustentou o ajuste produtivo neoliberal no Brasil dá-se claro, pelo caráter já descrito, de sua condição dependente e reacionária, que em muito se assemelha a uma fração parasitária ao grande capital submisso ao mercado mundial. Além disso, ao longo do Estado desenvolvimentista e também ao longo do ajuste produtivo da década de 1990-2000 essa fração, ainda que premida pelos interesses do grande capital, se beneficiou das políticas. Interessa a ela o desmonte das leis trabalhistas, a relativização das garantias constitucionais, o rebaixamento dos salários e redução dos gastos sociais. No gráfico 01 é possível verificar a desvalorização do salário mínimo anual em São Paulo, cidade centro da industrialização brasileira.

Apesar dessas considerações, a burguesia interna perde no jogo de forças, como mostra Boito Jr (2003a).

A grande burguesia industrial interna tem algo a perder com essa política. Essa política está associada à política de juros altos que favorece o setor bancário, e isso, principalmente, de duas maneiras. De um lado, pelo fato de esse segmento, dispor de maior liquidez que o setor produtivo, ser o principal comprador e detentor dos títulos da dívida pública; de outro lado, pelo fato de fazer parte dessa política não apenas o estabelecimento de uma taxa básica de juros elevada, mas também a concessão de total liberdade aos banqueiros para estipularem, ao seu bel-prazer, os juros que irão cobrar dos empréstimos que concedem ao setor produtivo e ao consumidor – crédito no cheque especial, crédito para consumo, para investimento, etc. O setor industrial, aí compreendido inclusive o setor industrial da

fração monopolista da burguesia brasileira, é prejudicado pela política de juros altos e de abertura comercial (BOITO JUNIOR, 2003a, p. 3)

O poder político e econômico de que dispunha o capital da fração da burguesia interna perdeu espaço na correlação de forças e, em virtude de seu caráter autóctone e reacionário, mostrou-se incapaz de realizar as reformas burguesas no Brasil, terminando por encontrar-se na década de 1990, comprimida pelos interesses das frações vinculadas ao capital internacional e pelo capital financeiro. Ao invés de procurar romper com a unidade interna do bloco neoliberal, essa fração buscou negociar os termos da abertura comercial e da política de juros altos.

Essa situação de unidade e de luta da burguesia industrial interna com o neoliberalismo foi administrada com alguma dificuldade durante os dois mandatos de FHC. As divergências entre o grande capital industrial e o grande capital bancário repercutiram no interior do governo FHC constituindo duas correntes políticas diferenciadas: a corrente neoliberal extremada, que foi amplamente dominante no governo e que controlou o Ministério da Fazenda e o Banco Central, e a corrente neoliberal mais moderada, que foi minoritária; a primeira, que congregou nomes como os de Pedro Malan, Gustavo Franco e Armínio Fraga, expressava os interesses específicos do setor bancário, enquanto a segunda, que teve como expoentes Sérgio Motta, Luís Carlos Mendonça de Barros e José Serra, vocalizava os interesses do setor industrial da grande burguesia. (BOITO JUNIOR, 2003a, p.4)

Para Boito Jr (2003a, 2012) é essa unidade de luta interna e de consenso burguês que foi amplamente explorada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) por volta de 2002. Essa burguesia interna para Boito Jr (2012) reúne setores variados como grupos industriais, bancos, agronegócio, construção civil e outros.

Apoiavam, como toda a burguesia, a política social do neoliberalismo: desindexação dos salários, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes nos direitos sociais - nas áreas de saúde pública, de previdência pública e educação. Porém, relutavam em aceitar ou mesmo se opunham a aspectos importantes da política econômica neoliberal: rejeitavam a política de abertura comercial, que ameaçava o mercado cativo que o desenvolvimentismo criara para a indústria local, e procuravam manter posições de força que tinham. Conquistado no capitalismo brasileiro e que eram ameaçadas pelas reformas neoliberais. (BOITO JUNIOR, 2012, p. 76)

Os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) privilegiaram o capital financeiro e a burguesia vinculada aos interesses internacionais. Em seu primeiro mandato, FHC impôs reformas estruturais onde Collor havia fracassado. Em seu primeiro governo reduziu as tarifas aduaneiras, combinando-a com a sobrevalorização do câmbio produzida pelo Plano Real

obteve como consequência a elevação das importações. "Como é sabido, o resultado dessa política foi que a balança comercial brasileira passou a apresentar *déficits* crescentes a partir de 1995 [...]" (BOITO JUNIOR, 2012, p. 78). Alavancou os processos de privatizações: "Depois das siderúrgicas, da indústria de fertilizantes, química e outras, chegou a hora da privatização dos bancos estatais, das ferrovias, das estradas de rodagem, da distribuição de energia elétrica, da telefonia, do serviço de esgoto e de outros setores produtivos e de serviços" (BOITO JUNIOR, 2012, p. 78).

Já no segundo mandato, foi marcado por uma ação política defensiva, na qual o governo procurava safar-se da situação criada pela crise cambial de 1999 e pelo aumento da insatisfação em setores do movimento popular e da própria burguesia. As reformas neoliberais, na medida em que foram sendo implantadas, acumularam contradições. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) elevou o tom contra a política de desindustrialização do governo e a Força Sindical, central que tinha apoiado as reformas neoliberais e o governo FHC, iniciou um processo de revisão de sua posição. A FIESP, juntamente com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), organizou um protesto nacional em Brasília, com industriais vindos de todas as regiões do país, em maio de 1996. [...] Os industriais protestavam contra a "política de sucateamento da indústria" e a abertura comercial, e pediam desvalorização do câmbio e diminuição da taxa de juros (Boito Jr., 1999, p. 62-63). Essa faceta do movimento permitiu que a FIESP buscasse uma aproximação com o movimento operário paulista e ganhasse a simpatia das centrais sindicais para o protesto de Brasília. [...] Diante das dificuldades econômicas no setor externo - a crise cambial e da pressão política interna, FHC demitiu Gustavo Franco da Presidência do Banco Central e desvalorizou o Real. ( BOITO JUNIOR, 2012, pp. 79-80)

Longe de postular que houvesse uma ruptura no bloco dominante, Boito Jr (2012) argumenta que tais movimentações não impediram a continuidade das políticas de reforma de FHC, mas possibilitaram a mudança na tônica de sua implementação. E mais central a sua argumentação, essas movimentações criaram as condições para uma aproximação do PT e da CUT, que exploraram a insatisfação dessa fração burguesa para atraí-la ao processo de conformação de uma nova representação política. Na medida em que tanto a CUT quanto o PT rebaixavam seus programas a discursos conciliatórios e buscavam aproximar seu principal quadro político, Lula da Silva, de um suposto novo desenvolvimentismo foi possível assegurar a confiança de parcelas descontentes do bloco no poder. É importante destacar nesse sentido não apenas a aproximação da CUT a FIESP e CNI, ou a *Carta aos Brasileiros* (2002), mas a instauração de José de Alencar - representante da indústria nacional têxtil subimperialista mineira, foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e vice-presidente da CNI - como vice-presidente na chapa de Lula da Silva. Diante do apelo oferecido pela imagem de Lula, somado a seu discurso que pactuava com os interesses de parcelas pauperizadas, Lula se tornava a alternativa confiável para garantir a

reprodução ampliada do capitalismo brasileiro, sem o risco de que as disputas em torno do governo central pudessem representar uma fissura no bloco no poder.

Leda Paulani (2007, 2010) demonstrou definitivamente como a suposta crise diante da instabilidade político-econômica que a vitória de Lula poderia ocasionar nunca se configurou como uma crise real, mas do aproveitamento oportunista do capital financeiro para valorizar-se:

Basicamente à especulação gerada com aquilo que se convencionou chamar "terrorismo eleitoral", orquestrado pelas elites e pelos interesses nacionais e internacionais em vista da possibilidade concreta de uma vitória de Lula. Não fosse o processo eleitoral, dificilmente esses indicadores teriam se comportado dessa forma. (PAULANI, 2007, p. 36)

O essencial na obra de Paulani (2007, 2012) é sua tese de que o Governo Lula soube aproveitar-se do ataque especulativo orquestrado pelas elites econômicas para administrar uma política ortodoxa de dar inveja ao governo FHC. Nossas hipóteses são que, dessa forma o Governo Lula sustentou ao longo de todo o seu governo a manutenção do bloco no poder na mesma composição do pacto de classes do Plano Real, em patamar superior, aprofundando a dependência do Brasil diante do capital-imperialismo enquanto buscava consolidar o papel subimperialista brasileiro no mercado mundial. Não haveria uma mudança na composição do bloco dominante, mas mudanças na hierarquia das frações que já o compunham desde o fim da ditadura civil-militar e que se estabilizaram nessa conformação em torno da pactuação do Plano Real. Estamos de acordo com Boito Jr (2012) quando afirma que a burguesia interna melhorou sua posição no bloco, estabelecendo polarizações que hoje aparece apenas superficialmente, por exemplo, na suposta polarização entre monetaristas e neodesenvolvimentistas. Mas é preciso ainda aprofundar características específicas dos vínculos interburgueses e sobre quais seus projetos políticos.

Trazer conhecimento sobre os vínculos associativos interburgueses no bloco dominante permite apropriar a classe trabalhadora acerca da dinâmica do capitalismo brasileiro atual, para além de meras avaliações de continuidade e rupturas nas políticas de governos. Essencialmente é preciso avançar na demonstração das impossibilidades de realização de avanços sociais na direção da construção do socialismo sem romper com as ilusões sobre supostos aspectos progressistas que as frações que compõe o bloco dominante atual possam realizar. A história, e nisso a teoria marxista da dependência já muito contribuiu, demonstra os limites estruturais da organização política e econômica para a realização de reformas políticas de caráter popular no Brasil. É preciso continuarmos evidenciando a impossibilidade estrutural do fetiche do

neodesenvolvimentismo que mostra-se como mais um artifício de encapsulamento das lutas da classe trabalhadora brasileira contra o capital.

### Referências bibliográficas

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho*. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e Dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013

COSTA, Arland Tássio de Brichard. *A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil (2003-2013)*. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editorial avante, 1997. Tradução de: José Barata Moura.

AGAMBEM, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LEHER, Roberto. *Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu*. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. (1969) *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. *A superexploração da força de trabalho no Brasil*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

Boito Jr, Armando. *A burguesia no Governo Lula*. In: Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006

BOITO JUNIOR, Armando. *Estado e burguesia no capitalismo neoliberal*. *Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impreso)*, v. 28, p. 57-73, 2007

BOITO JUNIOR, Armando. *A burguesia no Governo Lula*. *Crítica Marxista (São Paulo)*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 52-77, 2005

BOITO JUNIOR, Armando. *Burguesia e neoliberalismo no Brasil*. *PUCviva Revista*, São Paulo, v. 1, n.5, p. 3-5, 2003a

BOITO JUNIOR, Armando. *Neoliberalismo e relações de classe no Brasil*. *Ideias (UNICAMP)*, Campinas, v. 9, n.1, p. 13-49, 2003b

BOITO JUNIOR, Armando. (Org.) ; GALVAO, Andréia. (Org.) . *Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012. 427 pp.

BIANCHI, Alvaro. *O ministério dos industriais – a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PAULANI, Leda. *Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil*. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy & RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010. 398 pp.

OURIQUES, Nildo Domingos. *A sedução revolucionária e o Plano Real*. In: OURIQUES, Nildo Domingos & RAMPINELLI, Waldir José (orgs.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.